



A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL: 2011-2019

HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTION ON PUBLIC HISTORY IN BRAZIL: 2011-2019

Guilherme Dias Foganholo¹

Fabio Paride Pallotta²

RESUMO

Este artigo analisa a produção historiográfica brasileira sobre História Pública na atual década. Trata-se de uma abordagem que busca introduzir e mostrar importantes obras nacionais sobre o tema. Os principais pontos são questões relacionadas à publicização de trabalhos, circulação do conhecimento na sociedade e a relação da História Pública com o público não-acadêmico.

Palavras-chave: História Pública. Publicizar. Público não-acadêmico.

ABSTRACT

This article analyzes the brazilian historiographic production about Public History. It's about an approach which looks to introduce and show the main questions of national volumes about the theme. The main points are questions related to the publicization of works, the circulation of knowledge in society and the relationship between Public History and non-academic audiences.

Key-words: Public History. Publicize. Non-academic audience.

A HISTÓRIA PÚBLICA, SEU DESENVOLVIMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A história pública é um campo da área de História que é desenvolvido desde a década de 1960, na Inglaterra. A partir de oficinas realizadas em Oxford houve a criação da revista *History Workshop Journal* em 1976 e a partir disso a História Pública surgiu. Ela está

1 Graduando do 4º ano de curso de História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de pesquisa em História sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes. Email: guifoganholo@icloud.com.

2 Mestre em História Cultural. Professor da Universidade do Sagrado Coração. Email: historiaferramenta@terra.com.br.



diretamente ligada ao acesso de pessoas comuns às produções acadêmicas e busca estabelecer um contato, uma participação entre ambos os atores, tanto quem produz conteúdo acadêmico, como o público em geral, e também com profissionais de outras áreas.

No Brasil, esse tema específico da historiografia veio à tona com o Curso de Introdução à História Pública, na USP, em São Paulo no ano de 2011. O curso era ministrado no Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual, que deu origem ao livro - *Introdução à História Pública (2011)*. De qualquer forma, nessa época, essa nova abordagem historiográfica ainda não estava consolidada na historiografia nacional, e é um campo que ainda buscava um espaço para si no meio acadêmico. Sob a ótica da História Pública, a busca por esse espaço passa, justamente, por “publicizar” as produções históricas, ou seja, ir além de simplesmente publicá-las, como será explicado no decorrer deste artigo.

Ainda praticada por poucos historiadores no Brasil, um nome de grande destaque é da historiadora Anita Lucchesi, que em sua dissertação de mestrado abordou o tema, e também o fez em seu doutorado na Universidade de Luxemburgo³. *Identités. Politiques, Sociétés, Espaces (IPSE)*⁴ no qual ela estuda a migração de portugueses e italianos para Luxemburgo utilizando a História Digital e a História Pública. A mesma também produz importantes artigos sobre o tema, dentre os destaques: *História no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web*⁵.

Outro historiador que utiliza da História Digital é Bruno Leal Pastor de Carvalho, que fundou o site *CAFÉ HISTÓRIA*⁶. Bruno Leal é atualmente Professor Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). Ele é Doutor em História Social pela UFRJ (2015) e pesquisa temas como nazismo, holocausto, mídias sociais, história digital e história pública. Para desenvolver plenamente o site, ele utilizou a plataforma digital NING, onde realizou um trabalho de História Pública

3 LUCCHESI, A. – Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)

4

<https://www.youtube.com/watch?v=nUFSKQy4NSo&list=PL9kEowC2xzmd1Yrhh2FpuTAjoTL8Yi4Nu> Acessado em 15 de maio de 2019

5 <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2624> Acessado em 15 de maio de 2019

6 <https://www.cafehistoria.com.br/> Acessado em 20 de maio de 2019



disponibilizando os conteúdos, fomentando debates, trazendo para fora do ambiente acadêmico questões importantes de produções acadêmicas, e lançando-as ao alcance e contato de pessoas comuns, que podem interagir, opinar e até participar das produções. Essa participação acontece a partir do momento em que os trabalhos são públicos e o grande público não acadêmico consegue ler e interagir com as produções, seja dando o seu *feedback*, participando de pesquisas ou até mesmo entrando em contato com quem publicou o mesmo.

Outro nome de destaque é o de Juniele Rabêlo, professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF), com pós-doutorado pela UFMG no Núcleo de História Oral (2011). Em 2011, junto com Marta Rovai, professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), que possui Pós-Doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), lançou o livro *Introdução à História Pública*, que carrega uma enorme importância por trazer ao Brasil ideias e exemplos de como se praticar a História Pública, incluindo como divulgar esses trabalhos com qualidade de informações e de divulgação.

Esse livro dá início à jornada da História Pública no Brasil, ele abre as portas do tema para os profissionais, leva aos historiadores novos conceitos, novas ideias e um jeito diferente de trabalhar com suas produções, através da publicização dos trabalhos. Foi produzido pelo sucesso do Curso de Introdução à História Pública da Universidade de São Paulo (USP) em 2011. Tanto o curso quanto o livro também inspiraram o 1º Simpósio Internacional de História Pública: *A história e seus públicos (2012)*, realizado também na USP.

HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL

[...] A virada digital na história reformulou nossa documentação, transformou as ferramentas usadas para armazenar, tratar e acessar a informação, e por vezes, adiantou novas questões epistemológicas juntamente com novas ferramentas criadas para responder por elas.

Ainda assim, no momento, não há uma metodologia sistemática desenvolvida para abordar de forma crítica essas ferramentas digitais, analisar o deslocamento



do *big data* e compreender a nova capacidade pública para todos trabalharem com o passado. Todas essas transformações afetam profundamente o relacionamento entre os historiadores e seu público, suas abordagens, visando novas fontes digitais e, finalmente o registro escrito da história.

A perturbadora virada digital questiona a profissão de historiador globalmente, e levanta as incertezas acerca do futuro da historiografia tradicional e as narrativas sobre o passado para diferentes públicos. As narrativas da história digital (pública) requerem que os métodos e códigos profissionais sejam reescritos e reinterpretados e novas práticas sobre o passado sejam dominadas na era digital. [...] (Noiret, 2015, p.1)

Como evidenciado por Serge Noiret, Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (1985), e atual presidente da Federação Internacional de História Pública (IFPH), passamos por uma virada digital, uma mudança na forma de processar dados históricos, e reformular as ferramentas usadas para produzir história. Mesmo assim, ainda não chegamos a tal ponto de desenvolvimento para sistematizar e analisar toda a “big data”, que seria o mar de informações e dados que se agrupam em conglomerados de servidores na internet. Logo, os profissionais de história têm de se manter atualizados diante dos novos métodos e novas práticas envolvendo a tecnologia e a história. Como também citado por Noiret, todas essas transformações afetam diretamente a relação entre os historiadores e o público. Afetam também a maneira como o público pode visualizar e interagir com os trabalhos.

A relação entre o público e os trabalhos é essencial para a História Pública e também importante para a História Pública Digital. Por isso, para os historiadores públicos em geral é tão importante a publicização do trabalho, ou seja, uma publicação que aconteça de uma forma com que as pessoas comuns (as que não frequentam ambiente acadêmico) possam entrar em contato com os trabalhos, seja apenas para fornecer um feedback ou para colaborar diretamente em pesquisas ou com opiniões, mas é isso que torna tão participativa a História Pública. Logo, a História Pública Digital faz parte da História Pública, porém, ela serve como uma extensão da mesma, como uma forma de digitalizar e tornar mais fácil o acesso do público para os trabalhos, buscando sempre ampliar a interação do público geral com o conhecimento histórico, utilizando do grande meio de comunicação da atualidade, a internet.



De fato, a História Digital pode se encaixar como uma extensão ou um sub tema da História Pública, e cabe ser dito, que ela tem participação essencial nos dias de hoje pois o historiador pode utilizar de diversas maneiras dos meios digitais para publicizar um trabalho. Como também evidenciado por Serge Noiret, vivemos uma época de transformações, onde a tecnologia causa mudanças a todo momento. Com a introdução da tecnologia para catalogar e arquivar qualquer tipo de documento, cabe aos historiadores se adaptarem a essas novas formas de lidar com seu material de trabalho.

Porém, com o avanço da hospedagem de arquivos na nuvem (centros de dados que são disponibilizados por empresas para usuários estocar dados em um servidor online, no qual podem acessar de qualquer lugar do mundo e a qualquer momento, desde que esteja conectado à internet) e também com a descoberta do *big data*, novamente os historiadores se veem diante de novas tecnologias e novas formas e possibilidades de executar suas produções ou de torná-las públicas. Cabe a cada um se manter atento às novas publicações, cursos e livros para estar sempre atualizado de acordo com os avanços tecnológicos e com o estudo da História.

HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL

Após 3 anos da primeira publicação sobre História Pública no Brasil, ocorreu um importante evento para a historiografia nacional sobre o tema no país. Em setembro de 2014, em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, foi realizado o 2º Simpósio Internacional de História Pública, com o título “*Perspectivas da História Pública no Brasil*”. Cabe pontuar que a Rede Brasileira de História Pública é associada a *International Federation for Public History/Federation Internationale Pour l’Histoire Publique* (IFPH/FIHP), órgão internacional que goza de prestígio e credibilidade acerca de seus trabalhos.

Mesmo aparentando que o evento mudaria as perspectivas e tornaria ainda mais amplo o campo da História Pública no Brasil, em 2015, na ANPUH Nacional, em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, o Simpósio Temático de História Pública 075:



“*Debates e Experiências*” foi cancelado por falta de participantes interessados em enviar ou apresentar trabalhos. Logo, foi algo que desanimou e desapontou diversos historiadores e entusiastas da área na época, mas esse não foi o fim da História Pública no Brasil. Não foi o fim, mas evidencia o caminho ainda inicial e difícil para o tema no país.

Era um cenário diferente, em que historiadores brasileiros ainda não conheciam, ou ainda não entendiam como poderia ser importante para um autor ou para um trabalho a publicização do mesmo, e não simplesmente a publicação. As ideias da História Pública ainda não haviam se espalhado para um grande número de estudantes acadêmicos, fato este que já vemos uma considerável mudança em 2019, que será abordada mais adiante.

Gerald Zahavi apresenta no capítulo “*Ensinando História Pública no Século XXI*”, no livro *Introdução à História Pública (2011)*, que a história pública é um campo abrangente, empolgante que ao mesmo tempo cativa e provoca. É uma grande forma para se formular e configurar políticas públicas por meio de pesquisas históricas fundamentadas. A História Pública é uma área que traz um embate entre diversos pesquisadores de diversos campos, mas que busca sempre um resultado comum, coletivo. É um veículo que é usado para ampliar a visão que temos do passado, podendo isso ser feito através do uso de exposições museológicas sofisticadas e criativas, performances de teatro, através da mídia e de diversas outras formas. Ela não deixa de ser uma disputa em que seus integrantes lutam pelo legado, pelo patrimônio e pela memória pública de acontecimentos ocorridos á pouco tempo ou há muito tempo atrás.

Com isso, não podemos virar as costas e nos esquecermos de que toda uma conjuntura pode alavancar ou derrubar o caminho percorrido pela História Pública, ou até mesmo da ciência em geral ou do conhecimento em uma região ou época. Instâncias governamentais têm desencorajado o acesso popular, de modo com que induzem os acadêmicos a escreverem somente para pessoas e plataformas voltadas para seu tema ou somente para o público acadêmico. Como também pontuado por Zahavi no capítulo “*Ensinando História Pública no Século XXI*”, os historiadores públicos não precisam somente de um governo que colabore, mas que estimule trabalhos colaborativos com suas bibliotecas locais, emissoras de televisão ou locais de patrimônio, buscando proporcionar uma escrita



participativa e colaborativa, com autores de diversas áreas. O que é o contrário de restringir uma publicação ao âmbito acadêmico ou restringir cada pesquisador à sua área própria de estudo, sem nenhum tipo de conexão ou troca de experiências com pessoas de outras áreas do conhecimento.

Justificado pelo não-sucesso do Simpósio cancelado na Anpuh de 2015, o ano não foi positivo para a historiografia da História Pública no Brasil. Esse momento ficou marcado como uma parte obscura do tema no país. Um momento de incertezas, de questionamentos e de uma queda no interesse do tema por parte de muitas pessoas. Porém, logo após esse momento a historiografia nacional sobre o tema recebe um “boom”, tanto de leitores como de produtores, muito alavancados pelo sucesso de um importante livro que seria lançado no ano seguinte. Mas, até então, era preocupante a situação do tema no país, que parecia ter perdido sua força e a relevância que havia construído até então.

Em 2016, o livro “*História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*” foi lançado, sendo organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago, e mudou de maneira direta as perspectivas sobre o futuro do tema no país. Ana Maria Mauad é professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e é doutora em História Social também pela UFF. Vale ser dito que ela pesquisa temas ligados à História Oral, História Cultural e História Pública. Já Ricardo Santhiago é professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pós-doutor em História (UFF, 2015), e possui os prêmios *Oral History Article Award* (2012) e *New Professional Award* (2014).⁷ O livro foi apresentado durante o XIII Encontro Brasileiro de História Oral, na cidade de Porto Alegre. O volume é composto de diversos textos de intelectuais e pesquisadores que se juntaram para se dedicar à prática e à reflexão da história pública. Trata-se de uma sólida, única e vanguardista contribuição à literatura nacional sobre o tema.

Um dos organizadores do livro, Ricardo Santhiago, propõem que a produção ou mesmo o pensar de História Pública faz parte de um “grande guarda-chuva conceitual” (2016, p.26), que serve de abrigo para perspectivas epistemológicas como os usos da memória, do

⁷ <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/70208/ricardo-santhiago-correa/> Acessado em 07/09/2019.



passado, da divulgação da história como ciência e saber, e também nesse enfoque, as apropriações históricas que acontecem, na mídia, na arte, na literatura e na cultura. O fator que difere a História Pública de outros campos da História é poder refletir sobre essa interseção de agentes e atores que atuam nesse tipo de campo de estudo histórico e as lacunas que tal discussão pode ocupar na universidade ou fora dela.

Em um dos capítulos, “*O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos*” (2016, p.275-285), o autor Benito Bisso Schmidt nos apresenta um importante relato sobre sua experiência como curador de uma exposição no Museu da Universidade do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2011, e demonstra como a História pode ser apresentada ao público não-acadêmico por meio de ações não convencionais aplicadas por historiadores. Logo, para ele, o historiador que pretende se engajar com História Pública deve entender e respeitar a dinâmica do trabalho em uma equipe multidisciplinar.

Outra importante passagem do livro para o estudo da História Pública é a reflexão proposta por Juniele Rabêlo de Almeida (2016, p. 47-55), na qual as oralidades possuem um parentesco com a História Pública. Juniele observa que os sujeitos que constituíram o objeto de análise da pesquisa podem atribuir significados históricos não apenas à questão analisada, mas também às suas vidas. Com isso, ela demonstra que a História Pública pode, e deve, promover um ambiente de conhecimento acadêmico e não-acadêmico que foca na produção de um amplo saber que envolve o passado e o presente, podendo ser elaborado por diversos autores, de diversas áreas.

Esse é outro dos pontos que se pode realçar da História Pública, a possibilidade de poder interagir com pessoas de outras áreas, e ainda assim produzir algo que consiga atingir o público não-acadêmico. A história enquanto algo público é um trabalho que envolve complexidade, que demanda múltiplas visões e abordagens, porém sem prejudicar ou comprometer a análise e/ou o teor científico da mesma (talvez essa seja a crítica mais dita sobre a história pública e o cuidado que se deve ter ao envolver seu trabalho acadêmico com um público não-acadêmico, sem perder o rigor científico).



Algumas dessas abordagens são mais próximas ao ofício do historiador, outras se mostrarão como desafios e farão o historiador questionar sobre qual é, de fato, o seu papel no movimento de circulação do conhecimento histórico. A História Pública traz diversos saberes que devem conviver lado a lado, em um ambiente de uma disputa vigorosa, que busca gerar um resultado, um tipo de conhecimento através desses embates. Conhecimento esse, que, sob a ótica da História Pública, não deve ficar retido e legitimado apenas no âmbito acadêmico, como já demonstrado neste artigo.

Ainda em 2016 também ocorreu o 3º Simpósio Internacional de História Pública, dessa vez um sucesso, no mês de novembro, na Universidade Regional do Cariri, nas dependências da Urca, no Rio de Janeiro. O simpósio visou reunir estudantes, professores e pesquisadores para debater e trocar informações sobre temas pertinentes à História Pública.

Com essa “alavancada” no ano de 2016, a História Pública tem um *boom* no Brasil, e a consequência disso é sentida nos anos seguintes, com um considerável aumento no número de artigos publicados sobre o tema no país. Tanto o 3º Simpósio de História Pública, como também o livro de Juniele Rabêlo e Ricardo Santhiago, impulsionaram e levaram o tema para um grupo maior de historiadores e pesquisadores, que passaram a se interessar e a produzir trabalhos sobre História Pública. E também, com o passar do tempo, os patrimonialistas e museólogos foram entendendo e notando como o tema pode colaborar com seus acervos e também ajudar na preservação da memória patrimonial material e imaterial.

Indo agora para o ano de 2018, ocorre em São Paulo, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, o 4º Simpósio Internacional de História Pública, simultaneamente com a 5ª Conferência Anual da Federação Internacional de História Pública (IFPH), no final do mês de agosto. O simpósio reuniu diversos professores, alunos e pesquisadores de toda a América Latina e contou com apresentações orais em português e também em espanhol.

Com a realização desse evento, torna-se evidente que História Pública agora possui uma estabilidade maior no meio acadêmico brasileiro, é um campo mais sólido e consolidado.



Os grandes nomes de autores brasileiros aqui já citados também se tornaram mais consolidados e renomados no cenário da História Pública nacional. Logo, podemos ver uma clara evolução do cenário brasileiro na questão da historiografia do tema, se compararmos com o início conturbado descrito no começo do artigo ou com a queda na metade da década, onde o assunto ainda era visto como novidade e também com desconfiança por boa parte da academia.

Outro evento de deveras importância para o tema foi o 30º Simpósio Nacional de História da Anpuh (Associação Nacional de História), que aconteceu em 2019 e contou com o Simpósio Temático 44 intitulado de “*Divulgação de História e História Pública*”. O Simpósio recebeu diversos trabalhos sobre as teorias e conceitos da circulação do conhecimento histórico, e sobre as dimensões da prática da mesma. A importância deste evento para a História Pública está no fato de que esta foi a primeira edição de um simpósio da Anpuh (o mais importante evento de História no Brasil) que contou com um simpósio temático sobre História Pública. Isso mostra que o tema assumiu um grau maior de importância dentro da academia nacional como nunca antes teve, e graças a esse *boom* isso ocorre apenas alguns anos após o tema ter passado por incertezas no cenário nacional.

Esse simpósio foi realizado por Bruno Leal e Juniele Rabêlo, na cidade de Recife, no estado de Pernambuco. No total foram três dias de simpósio sendo entre os dias 16 e 19 de julho de 2019. Dentre os principais assuntos do evento estiveram: a temática História e o Futuro da Educação no Brasil, debates sobre o passado escravocrata e suas permanências nas relações sociais, e também os usos do passado autoritário no momento presente.

Também no ano de 2019, surge outra importante publicação, e a mais recente até então, o livro “*História Pública e divulgação de história*”, com Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira como editores. O livro foi publicado em 2019 e traz em suas páginas três entrevistas e seis artigos de historiadores que participam e desenvolvem projetos sobre a divulgação histórica no Brasil. Um fato que é problematizado no livro, é como o historiador no Brasil nunca teve um prestígio como do nível de Jacques Le Goff na França, por exemplo. E um dos motivos disso ter ocorrido é pelo fato de que por muitos



anos os historiadores buscavam distinguir seus trabalhos de jornalistas, com uma linguagem diferente e até desnecessariamente erudita em alguns casos.

Preocupados legitimamente em distinguir seu trabalho do de outros profissionais, sobretudo de jornalistas, nossos historiadores acabaram desenvolvendo um estilo que se aproxima da linguagem empolada e tortuosa condenada por [Carl von] Martius. Jargões, erudição desnecessária ou deslocada, ou pura obscuridade, afastam o grande público de nossos textos. Chegou-se ao ponto de identificar simplicidade com superficialidade. (Carvalho, 2003, p. 96)

No Brasil, nunca houve um plano à longo prazo para a divulgação científica de história para o “grande público”, a participação de historiadores nunca se deu de maneira forte na mídia, por exemplo, no máximo houveram participações em imprensa e no mercado editorial. E isso não ocorreu por falta de capacidade por parte dos historiadores, mas sim porque isso não foi pensado de maneira estratégica. Quase sempre, os historiadores no Brasil se relacionam com o grande público apenas no ambiente escolar, quando o jovem estudante frequenta a escola todos os dias e por duas ou três vezes na semana tem contato com um conhecimento histórico através do professor e sua aula. Com isso, seguindo o pensamento desenvolvido por Bruno Leal e Ana Paula no livro, a participação do historiador na vida de um indivíduo brasileiro acaba sendo uma presença episódica, curta.

Como pontua Bruno Leal no capítulo “*Café História: Divulgação científica de História na internet*” (2019, p.120) a prática da divulgação científica depende de técnicas e métodos adquiridos através de um exercício contínuo e sincero de aprender outros tipos de escrita. Isto é, a prática leva o historiador a conseguir fazer uma escrita mais direta e concisa, de maneira com que isso colabore na publicação de um trabalho. O site Café História é um bom exemplo de como, com o passar do tempo, novas mídias têm construído um novo modelo de discurso e de publicações, uma historiografia mais acessível e emancipadora para todos os públicos.

Para os historiadores em geral, cabe entender que a publicização, se feita de maneira correta e atenciosa, pode colaborar com a autoridade e a legitimidade do trabalho divulgado pelo historiador. Isso serve para democratizar o conhecimento, de maneira que, não apenas em momentos de crises ou tensões sociais o historiador venha à tona, mas sim que ele



esteja em seu devido lugar em todos os momentos, e consiga cada vez mais, atingir um número maior de pessoas com suas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Pública é um campo que foi apresentado ao Brasil recentemente, a menos de uma década, porém um grande avanço foi feito nos últimos anos para que esse campo tivesse a visibilidade e a credibilidade que tem hoje. No geral, a História Pública explora e apresenta o conhecimento histórico de diversas maneiras, buscando se desconectar dos tradicionais foros acadêmicos. É um campo ambicioso, que busca unir e criar pontes entre análises detalhadas e profundamente investigadas de historiadores com o olhar do público em geral, que muitas vezes, mesmo sem saber, anseia por conteúdos e publicações históricas, embora às vezes pareça restrito atingir um público de fora do ambiente acadêmico com uma produção acadêmica.

A História Pública no Brasil passou por momentos difíceis, mas com o trabalho incessante de profissionais sérios e capacitados o tema foi se tornando conhecido e cada vez mais amigável à academia e ao público geral, e após passar por uma crise na metade da década, o tema consegue voltar com força aos mais importantes congressos e simpósios no Brasil. Os livros aqui citados são imprescindíveis para a historiografia do tema e também para o mesmo ter triunfado após cancelamentos e um momento obscuro e tortuoso para a História Pública no Brasil.

O primeiro simpósio temático sobre o tema, realizado em 2019 na importantíssima Anpuh, é um indicador de que o interesse pelo tema cresce no país, e que tende a crescer ainda mais após anos de luta por um merecido reconhecimento.

Já há algum tempo, diversos historiadores têm feito um esforço como editores a fim de divulgar suas produções históricas, e com o passar dos anos isso se mostra cada vez mais evidente, a importância da ideia de que divulgação científica deva caminhar junto com a pesquisa e com o ensino. Esta ainda é uma concepção muito fresca, muito nova no Brasil, porém a História Pública existe justamente para aprofundar essa concepção e mostrar para



a academia nacional que a divulgação (ou publicização) é tão importante quanto o ensino e a pesquisa, pois ela exalta e realça ainda mais tanto a importância de um ensino de qualidade como também de uma pesquisa de qualidade.

Sem a divulgação, a pesquisa e o ensino ficam restritos apenas a públicos que estão inseridos no meio acadêmico, o contato com todo um material histórico importante, uma pesquisa, fica retido às audiências desse meio. Logo, a divulgação científica é fundamental para fomentar a cultura científica, para trazer parte da sociedade para importantes debates e discussões, para novas descobertas e também para a ampliação e construção da cidadania no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCCHESI, A. – **Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)**. Dissertação de Mestrado. *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2014.

CAUVIN, Thomas. – **Public History: A Textbook Of Practice**. New York *Routledge*, 2016.

SCHWAB, Klaus. – **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

PALLOTTA, Fabio Paride. – **A História Digital e a “salvaguarda” do Patrimônio Cultural Material de Bauru – XXIX Simpósio Nacional de História**, Anpuh – Brasília, 2016.

CARVALHO, José Murilo. - **A construção da ordem : a elite política imperial; Teatro de sombras : a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAUAD, Ana Maria., RABÊLO, Juniele., SANTHIAGO, Ricardo. – **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FRAZÃO, Samira Moratti. História Pública no Brasil: espaço de apropriações e disputas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 374-379, set./dez. 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital, **Revista IBICT**, v. 11, n. 1, 2015.



CAUVIN, Thomas. The Rise of Public History: An International Perspective. **Revista Historia Crítica**, Bogotá, n. 68, p.3-26, 2017.

VIRTUAIS

<https://www.youtube.com/watch?v=nUFSKQy4NSo&list=PL9kEowC2xzmd1Yrhh2FpuTAjoTL8Yi4Nu> Acessado em 15 de maio de 2019.

<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2624> Acessado em 15 de maio de 2019. Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. Anita Lucchesi.

<https://www.cafehistoria.com.br/> Acessado em 20 de maio de 2019.

<https://www.snh2019.anpuh.org/> Acessado em 20 de outubro de 2019.

<http://historiapublica.com.br/> Acessado em 23 de outubro de 2019.

<http://agencia.fapesp.br/agenda-detalle/4-simposio-internacional-de-historia-publica/27796/> Acessado em 4 de novembro de 2019.

<https://www.nexojornal.com.br/estante/trechos/2019/08/15/%E2%80%98Hist%C3%B3ria-a-p%C3%BAblica%E2%80%99-quest%C3%B5es-sobre-a-divulga%C3%A7%C3%A3o-de-hist%C3%B3ria> Acessado em 5 de novembro de 2019.

https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=251 Acessado em 7 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo apoio completo nos anos de graduação, e agradeço a colaboração de meu professor e amigo Fábio Paride Pallotta no desenvolvimento deste artigo.